O interesse do geógrafo pelo tempo

Roberto Lobato Corrêa[1]

Resumo*: O texto discute o interesse do geógrafo pelo tempo. Indica cinco perspectivas de análise sobre a questão: herança, memória, projeto, inscrição e trajetória. Não possui a pretensão de abordar as relações entre espaço e tempo, nem a natureza da Geografia Histórica. Considera-se que o interesse do geógrafo pelo tempo se dá por meio da espacialidade da ação humana no curso da História, espacialidade que está materializada em obras fixas e expressas em fluxos, ambos resultados de complexos processos sociais. Em outros termos, é a organização do espaço em suas temporalidades que interessa ao geógrafo: região, lugar, paisagem, território e redes são os focos da análise geográfica.*

Palavras-chave *: Tempo; espaço; geógrafo.*

The interest of geographer by time

Abstract*: This paper discusses the interest of the geographer by time. Indicates five perspectives of analysis: heritage, memory, design, insertion and trajectory. It does not have the intention to address the relationship between space and time, or the nature of historical geography. It is considered that the interest of the geographer by time is through the spatiality of human action in the course of history, spatiality that is materialized in fixed works and expressed in flows, both results of complex social processes. In other words, it is the organization of space in its temporality that interests the geographer: region, place, landscape, territory and networks are the focus of geographical analysis.*

Keywords*: Time; space; geographer.*

Introduzindo o tema

Em sua análise sobre a organização do espaço o geógrafo, em muitos casos, incorpora o tempo, mesmo que esses estudos não possam ser considerados como de geografia histórica. O tempo, isto é, o tempo social, está presente em toda ação humana, incluindo as ações realizadas no presente. A antiga divisão entre Geografia estudando o presente e História o passado foi desqualificada por Marc Bloch, conforme aponta Barros (2005). Pode-se afirmar que a História estuda a ação humana no tempo e a Geografia no espaço: a primeira pode, assim, estudar o tempo presente e a segunda o espaço no passado. Mas isto coloca o

[1] Geógrafo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre pela University of Chicago e doutor pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
E-mail: lobatocorrea@uol.com.br

problema de como o geógrafo pode estudar o passado sem perder sua identidade. Em outros termos, qual o interesse do geógrafo pelo tempo passado?

Este texto procura contribuir para responder a esta indagação, indicando-se cinco vias ou perspectivas de análise do tempo pelo geógrafo. Não se pretende discutir as relações entre espaço e tempo, nem a natureza da Geografia Histórica. Sobre estes dois assuntos consulte-se, entre outros, Harvey (1990) e Crang (2005) para o primeiro assunto e Baker (2005) e Alves (2011) para o segundo. Consulte-se ainda o legado de Mauricio Abreu (1987, 1992, 2005, 2010, 2011) para a Geografia Histórica.

Se o espaço geográfico pode ser qualificado como espaço absoluto, relativo e relacional, sendo ainda submetido a diferentes modos de ver e viver, como sugere os textos da coletânea organizada por Castro, Gomes e Corrêa (2012) – espaço público, espaço político, espaço sagrado e espaço simbólico, entre outras qualificações, o tempo também pode ser submetido a qualificações. Entre estas está aquela que distingue 'chronos' e 'kairos', como indicado por Adam (Crang, 2005). O primeiro considera o tempo como tendo objetividade, podendo ser mensurável por meio do calendário gregoriano, implantado em 1582, e dos fusos horários estabelecidos a partir do Observatório de Grenwich, em 1884. Noções como duração, frequência, sequência e ritmo fazem parte do entendimento deste modo de ver o tempo. 'Kairos', por sua vez, envolve a (inter)subjetividade, não sendo mensurável, mas enquadrável no tempo 'chronos'. Está impregnado de valores, práticas e oportunidade. Ambos os tipos de tempo são úteis ao geógrafo interessado em incorporá-lo em suas análises sobre a organização do espaço. Período é, talvez, a mais importante noção associada ao tempo como 'kairos'. É nesse sentido que aparece o conceito de 'genius tempori', espírito do tempo, que é um útil conceito para se definir um período.

O tempo, chronos e kairos, apresenta enorme importância para o ser humano, interessado ao geógrafo. Segundo Hornbeck, Earle e Rodrigue (1995) porque:

- Sustenta os sistemas físicos e biológicos;
- Constitui parte da estrutura cognitiva, que define o comportamento humano e a visão de nossa existência;
- Contribui para organizar a sociedade via sincronização das interações, permitindo ainda modelar e categorizar o mundo via, por exemplo, os fusos horários, que organiza o tempo do cotidiano;
- Permite identificar o passado, o presente e o futuro;

- Constitui uma forma simbólica geral.

O interesse do geógrafo pelo tempo se dá por meio da espacialidade da ação humana no curso da História, espacialidade que está materializada em obras fixas e expressas em fluxos, ambos resultados de complexos processos sociais. Em outros termos, é a organização do espaço em suas temporalidades que interessa ao geógrafo: região, lugar, paisagem, território e redes são os focos de análise do geógrafo. O que se segue são cinco proposições, vistas como vias ou perspectivas de análise do tempo pelo geógrafo. Estas vias negam a prática da narrativa cronológica, propondo outros caminhos.

Cinco Vias de Análise

Entendemos que o geógrafo ao incorporar o tempo, particularmente o passado, em suas análises sobre a organização do espaço, isto é, produção, arranjo, interações e representações do espaço, deve considerar cinco vias ou perspectivas, que não são mutuamente excludentes entre si. São as seguintes, enunciadas por meio de palavras-chave: herança, memória, projeto, inscrição e trajetória. Estas vias podem ser consideradas nas análises regionais e temáticas, de um lado, e em análises com base no positivismo, materialismo histórico e na visão cultural-humanista de outro. Pois a inclusão do tempo nas análises geográficas não exclui nenhuma das possibilidades acima indicadas.

Herança

A organização do espaço é, salvo as criações atuais sem passado, o resultado de um maior ou menor acumulo de formas herdadas do passado recente e remoto. Diversos momentos do tempo estão aí incorporados por meio de heranças do passado. Pode-se falar, no que tange à paisagem, em paisagem poligenética, isto é, com formas produzidas em diferentes momentos pela ação de diferentes agentes sociais que efetivaram diferentes funções. As formas criadas no passado apresentaram dinâmicas distintas. Algumas desaparecem por terem se tornado obsoletas ou inadequadas em gerar retornos considerados aceitáveis pelos seus proprietários. Estas formas não fazem parte da paisagem poligenética.

As formas do passado que permaneceram o foram em razão de três processos que sobre elas atuaram. O primeiro diz respeito à ação da inércia que possibilita a continuidade da função na mesma estrutura física construída. Trata-se de uma eficiência continuada. O segundo reporta-se à ressignificação das formas antigas cujas funções permanecem, mas tendo novos significados, simbólicos em muitos casos, tratando-se de uma herança viva, cujas formas desempenharam funções com significados inseridos na complexidade do presente.

O terceiro processo é o da refuncionalização, isto é, as antigas formas ganharam novas funções, valorizadas cronologicamente ou simbolicamente no presente. Os exemplos são numerosos por toda a parte, envolvendo a refuncionalização, entre outros, de fábricas, cinemas, templos, estações ferroviárias, quartéis, prisões, prédios grandiosos da administração pública.

Inércia, a ressignificação e refuncionalização são processos específicos que forjam a paisagem poligenética. A mais importante, talvez, seja aquela do patrimônio criado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e, em escala global, pela UNESCO. Os exemplos são cada vez mais numerosos. Trata-se de uma combinação de ressignificação e refuncionalização que transformou aquelas formas marginalizadas e antieconômicas em formas incorporadas via ressignificação e refuncionalização por meio do desenvolvimento de um turismo nacional e internacional. Em muitos casos a história é reinventada, assim como algumas tradições. Em outros quase tudo é inventado.

A paisagem poligenética, seja resultante de processos de inércia, ressignificação ou refuncionalização, isto é, heranças, interessa ao geógrafo porque revela a organização do espaço que alternada, sobrevive e se re-inscreve no presente não mais em sua originalidade, mas transformada. Permanências e mudanças estão presentes e isto é importante para a compreensão da organização do espaço do presente. Esta via de análise pode nos encaminhar para a via seguinte, a da memória, tal como sugerido por Lowenthal (1975).

Memória

O passado está presente tanto naquilo que escutamos, lemos e vemos em filmes, fotos e pinturas, como nos objetos materiais em geral, que exibem aspectos conhecidos do passado.

Entre estes objetos está a paisagem, esta materialidade cujo sentido reside no conhecimento que temos do passado (Lowenthal, 1975).

A paisagem, cara ao geógrafo, e parte fundamental de seu interesse exercita a memória, remetendo anos ao passado recente e remoto, resgatando boas e más lembranças, porém seletivas e com alguma transformação que reconstrói o passado.

A memória é seletiva sendo influenciada por aqueles que observam a paisagem, pois são portadores de experiências distintas do espaço, derivadas dos papéis sociais que desempenham. A memória tem uma dimensão polivocal.

A memória, por outro lado, pode ser inventada, e para isto a paisagem desempenha papel chave, exibindo cenas que transmitem mensagens sobre um passado que as elites desejam ser recriado, inventado. As formas simbólicas espaciais constituem o veículo para essa transmissão. Trata-se da paisagem da simulação do passado, que transporta o observador a um passado que não existiu, criando uma memória seletiva e equivocada.

A memória do espaço, por meio da paisagem, não tem se constituído em tema importante para o geógrafo que, ao considerar o tempo, privilegia outras vias de análise, como as duas últimas contidas neste texto. A via em pauta, no entanto, possibilita ao geógrafo ingressar, ainda que com reservas, nas representações culturais que outros elaboraram sobre o passado. E isto é um modo de se compreender a espacialidade do passado.

Projeto

No curso da ação humana transformando a natureza e produzindo espaço social, muitas intenções, transformadas em projetos, não são realizadas. Não deixam, assim, marcar na paisagem, as quais podem mais tarde, ser transformadas em ruínas, resíduos, permanecerem por inércia, serem resignificadas, refuncionalizadas ou desaparecerem por completo. O projeto não realizado pode nem mesmo estar na memória coletiva ou constituir-se em vaga lembrança de alguns mais velhos.

Estes projetos não realizados podem ser resgatados pela pesquisa em arquivos e na literatura ou podem estar perdidos em alguma gaveta ou armário. No entanto, tais projetos constituem parte integrante da prática espacial associada a um dado tempo histórico. Por isso deve ser de interesse do geógrafo porque denota possibilidades não realizadas de produção do espaço.

Uma ponte, ferrovia, loteamento, obras de drenagem ou desmonte, indústria e conjunto habitacional, por exemplo, são objetos cujos projetos não realizados são de interesse. Projetos de povoamento e a construção de cidades adquirem, pela escala dimensional que apresentem, interesse escalarmente mais significativo.

A não realização de projetos traz à tona um embate envolvendo, de um lado interesses conflitantes das elites e, de outro, conflitos entre as elites e os grupos subalternos. Nestes casos a não realização de projetos insere-se nas lutas sociais, constituindo-se em uma de suas manifestações.

Sugere-se que nos estudos sobre projetos não realizados estabeleça-se uma especulação geográfica, isto é, consideram-se possíveis conteúdos e arranjos espaciais se o projeto fosse realizado. Trata-se de pensar aquilo que não existiu, trazendo à tona a idéia de que a organização do espaço é, no final das contas, o resultado da realização de projetos vitoriosos em detrimento de outros. À guisa de exemplificação consulte-se o texto de Vidal (2013) sobre as tentativas francesas de criar cidades no Novo Mundo nos séculos XVI-XVIII.

Inscrição

Toda produção humana, material ou intelectual, está inscrita no espaço e no tempo. No contexto deste estudo entendemos por inscrição a inserção de um processo ou forma em um dado momento do tempo e em dada localização. O tempo aqui considerado pode ser um longo ou curto período, mas que é analiticamente considerado como apresentando limites, isto é, contatos com outros tempos. A localização refere-se a uma região, maior ou menor e reconhecível por um dado conjunto de critérios, uma cidade, um bairro ou uma rua. O tempo, por outro lado, pode ser visto tanto como ‘chronos’, objetivo, mensurável, como ‘kairos’, intersubjetivo, não mensurável, impregnado de valores e possibilidades, com aponta Crang (2005) apoiado em Barbara Adam.

A análise na perspectiva da inscrição constitui-se, por excelência, em análise sincrônica, recortando-se um dado período de tempo, seja ‘chronos’, seja ‘kairos’. Trata-se daquilo que Mauricio Abreu denominou de ‘presente de então’, analisado com o olhar do passado e não do presente, mas com teorias ou referências teóricas geográficas já existentes ou propostas como hipóteses. Pois se trata de um estudo geográfico de geografia histórica e não de

história. Veja-se Alves (2011) sobre o tema. Esta não é uma tarefa fácil, havendo inúmeros riscos, como apontados por Hornbeck, Earle e Rodrigue (1995).

Insiste-se que na visão geográfica a análise na perspectiva da inscrição deve estar centrada na espacialidade de processos e formas que geram simultaneamente padrões e diferenças espaciais daqueles processos e formas, envolvendo seja a produção 'strictu sensu', a circulação, o consumo, seja os diversos movimentos de contestação, assim como as diversas representações do espaço. Produção 'latu sensu', contestação e representação são parte integrante da mesma realidade.

Os exemplos de possíveis estudos com base na perspectiva da inscrição são numerosos, envolvendo diversas escalas espaciais e diferentes campos da geografia. Seguem-se alguns possíveis exemplos:

- A rede urbana da Amazônia pombalina
- A rede urbana de Minas Gerais em 1920
- As relações espaciais e o espaço urbano de Parnaíba (PI) em 1900
- A geografia das Missões Jesuíticas gaúchas (século XVIII)
- A geografia da indústria têxtil mineira no final do século XIX
- O bairro do Méier, Rio de Janeiro, no início do século XX
- O território da ordem religiosa beneditina ou jesuíta na primeira metade do século XIX
- Dimensão espacial da Guerra do Contestado em Santa Catarina – segunda década do século XX
- A espacialidade da Revolução Farroupilha no Rio Grade do Sul
- As feiras nordestinas por volta de 1930 – 1940.

A imaginação geográfica de cada pesquisador pode adicionar outros temas em diversas escalas espaciais para pesquisa. Na seleção que for feita, no entanto, o geógrafo deve estar atento para considerar o 'espírito do tempo' (genius tempori) combinado com o 'espírito do lugar' (genius loci), de modo que a inscrição seja plena.

À guisa de exemplificação mencionaremos o textos de Corrêa (1970) sobre a região do Sudoeste paranaense na primeira metade do século XX, anteriormente à colonização originária do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O livro de Cosgrove (1993) sobre a região do Veneto, no norte da Itália durante o século XVI é outro exemplo de estudo inscrevendo uma região no contexto do apogeu da elite veneziana, obras de drenagem e produção de

uma paisagem da classe dominante. Exemplos outros são numerosos, caracterizando uma muito significativa geografia histórica.

A inscrição de uma área em tempo específico pode se efetivar tanto por meio de formas espaciais fixas, a exemplo de ruas, prédios e o próprio núcleo urbano, como por meio de formas espaciais móveis, regulares ou não, como os deslocamentos de pessoas, mercadorias, informações e capital. Tais deslocamentos refletem e caracterizam o tempo, estando submetidos, por outro lado, às mudanças econômicas, políticas e sociais que afetem a área.

A parada, de natureza religiosa e política, realizada pelos irlandeses na pequena cidade de Lowell, na Nova Inglaterra, por volta do terceiro quartel do século XIX, constitui um exemplo tal como estudado por Marston (1989). O tempo local caracterizava-se pela industrialização com base na força de trabalho de imigrantes oriundos da Irlanda não-independente. A parada refletia o interesse dos participantes de atuar ativamente na vida norteamericana, de matriz protestante, e ao mesmo tempo, vincular-se indiretamente às lutas de independência da Irlanda. A parada no dia de São Patrício, padroeiro da Irlanda é, assim, uma inscrição em um tempo dotado de especificas características.

Trajetória

Por trajetória entende-se as combinações entre processos e formas que a partir de um foco inicial no espaço e um ponto inicial no tempo, sucedem-se até uma dada área e ponto no tempo no presente ou no passado. A trajetória pode ser vista, de um lado, por meio da periodização espacial e, de outro, por meio da difusão espacial. Ver Corrêa (2011), entre outros.

A periodização espacial, tal como proposta por Althusser (1980) e exemplificada, entre outros por Corrêa (1987) não deve ser confundida com a narrativa cronológica, isto é, a sucessão, passo a passo, de eventos no espaço e no tempo, sucessão esta que é analisada sem nenhuma reflexão teórica e que considera, em muitos casos eventos selecionados sem uma base teórica derivada de uma problematização.

A periodização do espaço tem correspondência com a regionalização (Wishart, 2004). Ambas constituem construções intelectuais, que pressupõe que sejam considerados processos sociais especializados, originando diferenças espaciais.

O passado é considerado na perspectiva da trajetória, como uma sucessão de eventos combinados que ora se fixaram espacialmente, marcando a organização do espaço por meio de heranças, ora desapareceram, produzindo ruínas e resíduos e, ao mesmo tempo em que alimentam a memória. Os projetos podem aparecer na análise da trajetória. Esta via é, em realidade, muito complexa e impregnada de dificuldades no processo de pesquisa. É, por isso, provável que os resultados que descrevem o conteúdo de cada período não apresentem a mesma qualidade.

A difusão espacial constitui-se no segundo modo de análise na perspectiva da trajetória. É, no entanto, menos complexa em razão de ter sido selecionado um item (sementes, artefato, idéia, doença etc) para análise. Assim, as relações entre processo e forma são vistas de modo mais simples, direto.

Análise diacrônica por excelência, a difusão espacial tem, na geografia, a sua primeira grande expressão com as contribuições dos membros da Escola de Berkeley, a começar pela contribuição de Carl Sauer (1969). Consulte-se o texto 'Os Temas da Geografia Cultural' (Wagner e Mikesell, 2003/1962) que apresenta a temática em questão. A segunda grande expressão emerge no âmbito da denominada geografia teorético-quantitativa. Veja-se Silva (1995) que faz uma revisão sobre o tema.

Se a periodização espacial produz tempos relativamente homogêneos em cada período, definindo tempos históricos que caracterizam o desencadear de processos e formas, suas combinações desiguais, suas tensões e rupturas, a difusão espacial descreve a trajetória, indicando seus agentes sociais, o itinerário, as barreiras, os agentes receptores, apontando ainda para a intensidade e o ritmo da difusão, descrevendo assim a temporalidade da dispersão espacial. Ambas, periodização e difusão, contudo, têm em comum a possibilidade de tornar mais inteligível as complexas relações entre espaço e tempo, entre forma e processo ou vice-versa.

Breve Consideração Final

Este texto constitui-se em esforço para explicitar vias ou perspectivas pelas quais o geógrafo pode e deve se interessar pelo tempo. Trata-se de breve introdução à temática, acreditando-se que há um longo caminho a percorrer no qual outras vias ou perspectivas podem emergir.

Se isto for verdadeiro a geografia ganhará muito em suas análises sobre a organização do espaço.

Referências bibliográficas

ABREU, M. A. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1987.

ABREU, M. A. **Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Turismo e Esportes, 1992.

ABREU, M. A. **Formas, movimentos, representações: Estudos de Geografia Histórica Carioca**. Rio de Janeiro: FAPERJ/CNPq, 2005.

ABREU, M. A. **Geografia Histórica do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2 volumes, 2010.

ABREU, M. A. A apropriação do Território no Brasil Colonial. **Cidades**, v.8, n.14, p. 539 - 568, 2011.

ALTHUSSER, L. Os Defeitos da Economia Clássica. Esboço do Conceito de Tempo Histórico. In: ALTHUSSER, L.; BALIBAR, E.; ESTABLET, R. **Ler o Capital**.Rio de Janeiro:Zahar, 1980.

ALVES, V. A. A Geografia Histórica como Campo de Pesquisas: Definições, Tensões e Metodologias, **Cidades,** v.8, n. 14, p. 623 - 643, 2011.

BAKER, A. **Geography and History** – Bridging the Divide. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BARROS, J. A. História, Região e Espacialidade. **Revista de História Regional**, v. 10, n. 1, p. 95 -129, 2005.

CASTRO, I. E.; GOMES, P.C.C.; e CORRÊA, R.L. **Olhares Geográficos:** Modos de Ver e Viver o Espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CORRÊA, R.L. O Sudoeste Paranaense Antes da Colonização. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 32, n. 1, p. 87 - 98, 1970.

CORRÊA, R.L. A Periodização da Rede Urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 49, n. 3, p. 39 - 68, 1987.

CORRÊA, R.L. Espaço e Tempo: Um Tributo a Mauricio Abreu. **Cidades**, v. 8, n. 14, p. 597 - 607, 2011.

COSGROVE, D. **The Palladian Landscape**. Geographical Change and Its Cultural Representation in the Sixteenth Century Italy. University Park. Pennsylvania State University Press, 1993.

CRANG, M. **Time: Space** In: CLOKE, P.; JOHNSTON, R. **Spaces of Geographical Thought**: Deconstructing Human Geography Binaries. Org. Londres, Sage Publications, 2005.

HARVEY, D. Between Space and Time: Reflections on the Geographical Imagination. **Annals of the Association of American Geographers,** v. 80, n. 3, p. 418 - 439, 1990.

HORNBECK, D.; EARLE, C.; RODRIGUE, C. M. The Way We Were. Developments Card Redeployments of Time in Human Geography. In: EARLE, C.; MATHEWSON, K.; KENZER, M. **Concepts In Human Geography**. Lanham: Rowan and Littlefield, 1995.

LOWENTHAL, D. Past Time, Present Place – Landscape and Memory. **The Geographical Review**, v. 65, n. 1, p. 1 - 36, 1975.

MARSTON, S. Public Rituals and Community Power in Lowell, Massachusets, 1841 – 1874, **Political Geography Quartely**, p. 255 – 269, 1989.

SAUER, C. **Seeds, Spades, Hearths and Herds**. The Domestication of Animals and Foodstuffs. Cambridge: The MIT Press, 1969.

SILVA, C. A. F. Os Avatares da Teoria da Difusão Espacial Uma Revisão Teórica. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 57, n. 1, p. 24 - 51, 1995.

VIDAL, L. Reflexões em Torno da Experiência Francesa de Criação de Cidades no Novo Mundo (Século XVI – XVIII). In: FRIDMAN, F. **Cidades do Novo Mundo** – Ensaios de Urbanização e História. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

WAGNER, P.; MIKESELL, M. Os Temas da Geografia Cultural. In: CORRÊA; R.L. ; ROSENDAHL. Z. **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003/1962.

WISHART, D. Period and Region. **Progress In Human Geography**, v. 28, n. 3, p. 305 - 319, 2004.